

Apresentação do dossiê

Contextos urbanos na perspectiva das Ciências Sociais

Sílvia Monnerat¹

Cleiton Vieira²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar os artigos selecionados para compor o presente dossiê. Com isso, realizamos uma revisão bibliográfica e histórica das principais vertentes teóricas do estudo do urbano nas Ciências Sociais, bem como seu desdobramento e produção no Brasil. A partir da consideração de alguns contextos acadêmicos, o texto conflui para introduzir de modo geral como a urbanidade ou a vida urbana se torna objeto de estudo independente e próprio da respectiva área.

Palavras-chave: Urbano, Ciências Sociais, Rural-Urbano, Brasil.

Presentación del dossier

Contextos urbanos en la perspectiva de las Ciencias Sociales

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo presentar los artículos seleccionados para componer el presente Dossier. Con ello, realizamos una revisión teóricas e histórica de las principales vertientes teóricas del estudio del urbano em las Ciencias Sociales, así como su desdoblamiento y producción en Brasil. A partir de la consideración de algunos contextos académicos, el texto confluye para introducir de modo general como la urbanidade o la vida urbana se convierte en objeto de estudio independiente y próprio de la respectiva área.

Palabras-clave: Urbano, Ciencias Sociales, Rural-Urbano, Brasil.

Presentation of the special issue

Urban Contexts in the Social Sciences Perspective

Abstract: This work aims to present the selected articles to compose this dossier. We carry out a theoretical and historical review of the main aspects of the study of the urban in the Social Sciences, as well as its unfolding and production in Brasil. From the consideration of some academic contexts, the text converges to introduce in a general way how the urbanity or the urban life becomes object of independent study and own of the respective discipline area.

¹ Professora Adjunta da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC – Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: <silvia.monnerat@fgv.br>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1466-6885>.

² Doutorando e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal, Brasil. E-mail: <cleitonvieira@ufrn.edu.br>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8852-6212>.

Keywords: Urban, Social Sciences, Rural-Urban, Brazil.

Apresentação

Essa introdução tem como objetivo apresentar, em linhas gerais, o estudo da vida urbana a partir da perspectiva das Ciências Sociais. Nesse sentido, não se adentrará nos meandros concernentes ao que tem se chamado de “estudos urbanos e regionais” e que se situam num viés interdisciplinar de área independente. Muito embora esse novo campo do conhecimento não apenas se utilize das teorias socioantropológicas, como também podem integrar-se com a antropologia e a sociologia, não se pretende contemplá-la aqui. A nossa intenção é a de que os leitores e as leitoras possam ter uma ideia inicial das especificidades de nosso tratamento metodológico e teórico sobre o estudo do contexto urbano, considerando parte de nossas histórias de consolidação institucional e de construção de ideias e conceitos.

Considerando a área de formação dos dois autores desta apresentação (ambos com formação em antropologia social, mais especificamente em antropologia urbana), gostaríamos de esclarecer que nossa intenção aqui não é privilegiar apenas uma vertente analítica (isto é, a antropologia). Faz-se necessário demarcar aqui, no entanto, que, como nossas formações já indicam, chegamos aos estudos urbanos através do olhar etnográfico e, tal como nos ensinou Howard Becker (2015), acreditamos ser importante frisar de onde estamos partindo (em nossas análises), pois vemos que a subjetividade sempre está presente em nossas pesquisas. Assim, explicitar nossos *bias* e deixar claro nossa área de partida pode ajudar os leitores a compreenderem nossas escolhas para compor o presente dossiê e para escrever este texto introdutório.

Como marco temporal inaugural da prática antropológica, temos hábito de tomar a passagem do século XIX para o século XX e o início das pesquisas etnográficas. Ao se afastarem de doutrinas unilineares e perspectivas evolucionistas Franz Boas (1858-1942) e Bronislaw Malinowski (1884-1942) passaram a ser conhecidos como pioneiros dessa nova perspectiva epistemológica, que se tornou marca distintiva da antropologia frente às outras disciplinas que compõem as ciências sociais. Ao inovarem e desenvolverem novas técnicas de pesquisa, Boas e Malinowski, que tinham como fundamento principal a observação *in loco* da cultura estudada, saíram de seus “gabinetes” para realizar trabalho de campo em sociedades tidas como “primitivas” e “selvagens”. Eles demonstraram como o contato com os “nativos” possibilitava a

compreensão da sociedade a partir de uma perspectiva “vista de dentro”, isto é, a partir da interação com os próprios sujeitos de análise, a partir de que seria possível compreender símbolos, crenças e valores destas pessoas e dos grupos sociais aos quais elas se sentem pertencentes.

Os significados inscritos em cada cultura passaram a ser buscados a partir do contato (de longa duração) e não mais com base apenas em relatos de viajantes. Mirian Goldenberg (2004) resumiu brevemente a importância destes dois pesquisadores e desta nova concepção epistemológica para a formação da antropologia, tal como conhecemos hoje.

Foram os trabalhos de campo de Franz Boas, entre 1883 e 1902, e, particularmente, a expedição de Bronislaw Malinowski às ilhas Trobriand [1915-17], que consagraram a ideia de que os antropólogos deveriam passar um longo período de tempo na sociedade que estão estudando para encontrar e interpretar seus próprios dados, em vez de depender dos relatos dos viajantes, como faziam os "antropólogos de gabinete". Nos primeiros trinta anos do século XX, o trabalho de campo passou a orientar as pesquisas antropológicas. Boas, um geógrafo de formação, crítico radical dos antropólogos evolucionistas, ensinou que no campo tudo deveria ser anotado meticulosamente e que um costume só tem significado se estiver relacionado ao seu contexto particular. Ensinou também o "relativismo cultural": o pesquisador deveria estudar as culturas com um mínimo de preconceitos etnocêntricos. Para Boas, o que constitui o "gênio próprio" de um povo repousa sobre as experiências individuais, portanto, o objetivo do pesquisador é compreender a vida do indivíduo dentro da própria sociedade em que vive (Goldenberg, 2004, p. 20-1).

Atualmente, as fronteiras que marcam as separações entre as três disciplinas das ciências sociais podem não ser tão nítidas. Técnicas e pesquisas podem ser conjugadas tanto para análises mais sociológicas, quanto mais antropológicas e/ou políticas. A utilização conjunta de métodos qualitativos e quantitativos é largamente utilizada por pesquisadores destas três áreas de conhecimento, tal como podemos ver em alguns dos artigos selecionados para este dossiê. Cabe evidenciarmos ainda que, ao selecionarmos os artigos desta edição, nos preocupamos em contemplar tanto estudos mais sociológicos, quanto mais antropológicos, dando destaque assim para diferentes lentes de análises que são possíveis de serem utilizadas, ao nos debruçarmos sobre os estudos urbanos dentro das ciências sociais.

Para entendermos melhor este vasto contexto em que diferentes perspectivas e influências se misturam, começamos este artigo com uma breve revisão dos teóricos

clássicos que influenciaram fortemente os estudos sociais sobre o urbano – salientamos, no entanto, que não buscamos com essa revisão esgotar as influências teóricas, apenas apresentar um curto panorama histórico e como o estudo da vida citadina foi se tornando foco de atenção em si mesmo. Após essa revisão dos autores clássicos (considerados como pioneiros das ciências sociais), realizamos uma descrição de parte do contexto brasileiro e a emergência dos estudos urbanos para, com isso, olharmos para como a cidade e o fenômeno urbano se situam como objeto e como ponto de partida de pesquisa e teorização pela ciência social.

No Brasil, o desenvolvimento inicial mais conhecido desses estudos se deu no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. O aumento de grupos de pesquisa, periódicos, teses e dissertações propiciou a consolidação do tema antes visto como marginal ou pouco antropológico, dada a forte tradição e primeiro exercício de estudo de povos indígenas pela disciplina (cf. Gupta e Ferguson, 1997). Se a sociologia, por outro lado, sempre estudou a sociedade do próprio pesquisador, seu interesse sob o urbano como chave interpretativa não ganhou independência instantânea. As grandes migrações das comunidades rurais para as pequenas e grandes cidades foram objeto de um grande foco sociológico inicial para tratar a formação da urbanidade. O que se conhece hoje como antropologia e sociologia urbanas detêm diferenças e semelhanças que juntas abarcam uma subárea das Ciências Sociais consolidada de múltipla amplitude.

Contudo, a formação de uma área ou subárea de conhecimento científico tem se dado através de meandros de hierarquização e hegemonia entre centros que podem ou não ocupar um mesmo país, continente ou hemisfério. Tem crescido, portanto, a atenção sob as relações e as condições de possibilidade para a influência de autores, suas publicações e métodos sobre outros autores noutras regiões, de modo a perceber, por exemplo, as limitações de usos de conceitos e abordagens constituídas a partir de um campo para explicar outro. Além de que, com isso, se realiza uma separação entre qual contexto oferece dados e qual contexto oferece teóricos e personagens históricos de instituição (Connell, 2007; Scott, 2014). Na base disso, há dinâmicas de dominação que precisam ser iluminadas e vencidas. Nesse sentido, as ciências sociais têm uma história, aliás, várias histórias que se conectam, mas não de qualquer maneira e não sem relações de poder envolvidas. Ao traçar um panorama introdutório sobre o estudo da urbanidade ou do “urbano”, traçando as histórias das Ciências Sociais brasileiras, temos

isso em mente, de modo que se conclama a outros autores escreverem de modo crescente sobre tantos contextos diferentes quanto possível.

Os Clássicos e o fenômeno urbano

Assim como no caso da antropologia, a passagem do século XIX para o século XX também é entendida como um marco fundador para a sociologia. Nesta época Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920) e Georg Simmel (1858-1918) se dedicaram a compreensão da sociedade urbano-industrial na qual viveram e que passaram a ser conhecidos como pioneiros nos estudos das ciências sociais. De maneiras distintas, todos esses quatro autores evidenciam o quanto o processo de formação das cidades modernas esteve relacionado a transformações das dinâmicas sociais e a emergência do capitalismo. Eles se dedicaram, cada qual a sua maneira, à compreensão das relações entre indivíduo e sociedade. E, ainda que seus estudos estejam circunscritos às transformações sociais que ocorrerem entre o final do século XIX e início do século XX (dando relevo às discussões sobre os impactos da industrialização e das mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais à época), estes autores (assim como Boas e Malinowski) seguem sendo considerados clássicos, justamente pela importância que suas obras ainda detêm para a compreensão das dinâmicas sociais atuais.

Ao versarem sobre as dinâmicas capitalistas de produção que culminaram na formação das grandes cidades modernas num período de industrialização crescente, os autores clássicos buscaram compreender suas sociedades através de reflexões e análises sobre formas de organização social cidadina moderna. Extremamente ligada a processos crescentes de urbanização, esse modo de vida foi entendido como central para discussões sobre a relação entre indivíduo e sociedade (tema fundante das ciências sociais) (Quintaneiro, Barbosa e Oliveira, 1995).

Grosso modo, os clássicos podem ser aproximados ou distanciados em diferentes aspectos: Marx e Durkheim partem de análises mais sociologizantes e universalizantes, enquanto Weber e Simmel primam pela análise das relações culturais e interacionais desenvolvidas na modernidade. Todos eles, no entanto, dão destaque em suas obras às transformações ocorridas na vida urbana. Durkheim, com sua perspectiva generalizante,

buscou compreender os fenômenos sociais a partir da análise de suas formas mais elementares, criando uma teoria sociológica do conhecimento que versava sobre a vida coletiva, entendendo-a como distinta da vida individual. Para este autor, a sociedade era algo maior que a soma de todas as individualidades. Nesta perspectiva, a dimensão coletiva é enfatizada, privilegiando a análise dos consensos sociais que, para o autor, eram responsáveis por manter a sociedade coesa (por meio de crenças coletivas e compartilhadas). Assim, um fenômeno social era considerado normal ou anormal de acordo com o seu sucesso em manter o grupo social em harmonia, união ou coesão que significava a iteração dos fatos médios do dia a dia.

Enquanto Durkheim enfatiza a formação de consensos sociais, Marx, com sua perspectiva dialética, enfatiza conflitos e contradições sociais, analisando a vida social sob a perspectiva do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo analisando as relações materiais estabelecidas pelos indivíduos (e grupos) em suas classes sociais. Em sua concepção materialista da história, considera que “não são as ideias ou os valores que os seres humanos guardam que são as principais fontes da mudança social. Em vez disso, a mudança social é estimulada primeiramente por influências econômicas” (Giddens, 2005, p. 32). Assim, o modo de produção seria considerado como o responsável pelo desenvolvimento da vida social, política e intelectual.

Weber, por sua vez (e ao contrário de Marx), busca dar relevo para a ação social, crenças e costumes em suas análises. Partindo de uma perspectiva que enfatiza a dimensão subjetiva das relações sociais, coloca em foco a necessidade de compreensão sobre os sentidos que os indivíduos atribuem às suas ações (e também às ações de outrem). A estrutura social é entendida por este autor a partir de um olhar para as diferenças sociais e para os múltiplos sentidos empregados aos fenômenos sociais por diferentes grupos.

Simmel, assim como Weber, dá relevo às dinâmicas grupais e interacionais em suas análises sobre a metrópole, dando ênfase às especificidades das relações sociais travadas na polis. O autor problematiza principalmente os tipos de interação cosmopolita. Simmel destaca em sua obra o papel central que a economia monetária teve para a constituição do conceito de individualidade e como as dimensões, do conflito e das transformações sociais foram fundamentais para entender a vida do indivíduo cosmopolita.

Migração, transformação social e expansão da cidade: Escola de Chicago

De modo especializado, o estudo dos fenômenos urbanos foi realizado a partir de um conjunto de pesquisadores conhecidos por integrarem a “Escola de Chicago”. A famosa escola estadunidense costuma ser caracterizada como um grupo de trabalhos desenvolvidos a partir de 1915 na Universidade de Chicago e, segundo Coulon (1995, p. 7), a “expressão foi utilizada pela primeira vez muito tempo depois do começo desse movimento, mais precisamente em 1930, quando Luther Bernard apresentou as diferentes escolas de sociologia existentes”. Criada em 1895, a partir de uma doação feita por John D. Rockefeller, a Universidade de Chicago teve como primeiro professor de sociologia e chefe de departamento, Albion Small, que não apenas fundou o departamento de sociologia, como criou a primeira revista da área nos Estados Unidos. Intitulada *American Journal of Sociology*, o periódico foi responsável por trazer em suas tiragens diversas traduções de textos clássicos do francês e do alemão, dentre as quais destacam-se traduções de textos de Simmel para o inglês, antes mesmo de 1900 (Becker, 1996, p. 178).

A criação da Escola de Chicago antecede, inclusive, as primeiras experiências etnográficas, tal como expôs Magnani (2009, p. 69). “Em termos cronológicos, pesquisas urbanas de visada etnográfica, como as realizadas pela Escola de Chicago, são contemporâneas àquelas das pioneiras idas a campo, seja na tradição inaugurada por Bronislaw Malinowski, seja na de Franz Boas”. É sabido que em 1915, Robert Park afirmou que “[o]s mesmos métodos de observação despendidos por antropólogos tais como Boas e Lowie no estudo da vida e maneiras do índio norte-americano deveriam ser empregados ainda com maior sucesso na investigação dos costumes, crenças, práticas sociais e concepções gerais da vida que prevalecem em *Little Italy*, ou no baixo *North Side* de Chicago” (Velho, 1987, p. 28), ao passo que o livro “Os argonautas do Pacífico” de Malinowski só foi publicado em 1922 como resultado de pesquisa etnográfica iniciada em 1915.

Assim como os clássicos que os inspiraram, os autores desta escola também se dedicaram a considerar as especificidades da vida nas sociedades modernas e sua articulação com as dinâmicas urbanas. Esses primeiros estudos versavam sobre

comunidades de imigrantes e sobre grupos marginalizados, utilizando para tais pesquisas a observação participante como método de análise principal para estudar os impactos que os processos de urbanização tinham sobre as redes de sociabilidade e sobre a ação social desenvolvida por indivíduos e/ou grupos sociais. Conceitos como “aculturação”, “subcultura” e “região moral”, e temas como violência urbana, criminalidade, questões étnico-raciais e distribuição dos diferentes grupos pela cidade eram potentes para tratar não só da ocupação, mas da circulação e vivência do espaço, do território, do cenário urbano e, de maneira mais geral, sobre formas de interação em espaços públicos de maneira não vista anteriormente. Tais pesquisas ali desenvolvidas foram fundamentais para formação de diversos pesquisadores que vieram compor as diferentes gerações da Escola de Chicago (Cf. Hannerz, 1980). Nomes como Park, Wirth, Mead, Pierson, Redfield, Blumer e Hughes foram fundamentais para o destaque que esta escola obteve tanto nos Estados Unidos, como em outras partes do mundo. Estes autores têm em comum o fato de terem constituído a cidade de Chicago como um grande “laboratório” de análise das mudanças sociais (Park, 1987) e, por terem cunhado categorias analíticas que entendem o “urbanismo como forma de vida”, uma vez que a cidade se expande e se estrutura de um modo particular daquele do campo e por causa da criação tecnológica (Wirth, 1987).

Howard Becker (1996) destacou, ao delimitar a Universidade de Chicago como uma Escola, que tal conceituação deveria ser dada em termos de composição de uma Escola de Atividades. Desta forma, e em um primeiro momento, os estudos desenvolvidos em Chicago tendem a ser afastados da ideia de constituírem uma Escola de Pensamento. Para o autor, “[c]ertas idéias vigentes na universidade de Chicago eram compartilhadas pela maioria das pessoas, mas não por todas; certamente não era preciso que todos concordassem com essas idéias para se engajarem nas atividades que realizavam” (Becker, 1996, p. 179). Assim, dentro desta concepção percebe-se que:

A palavra escola gera muita confusão, porque é possível distinguir pelo menos dois tipos de escola. [...] de um lado, temos as chamadas escolas de pensamento e, de outro, as escolas de atividades. [...] o que caracteriza uma escola de pensamento é que alguém, geralmente muitos anos mais tarde, decide que essas pessoas estavam fazendo a mesma coisa, pensando da mesma maneira, que suas idéias eram semelhantes. É muito comum na história das idéias definir escolas de pensamento dessa maneira, frequentemente em relação às circunstâncias históricas em que esse

pensamento se formou. Uma escola de atividade, por outro lado, consiste em um grupo de pessoas que trabalham em conjunto, não sendo necessário que os membros da escola de atividade compartilhem a mesma teoria; eles apenas têm de estar dispostos a trabalhar juntos (Becker, 1996, p. 179).

Tal como Ruben Oliven (2010, p. 13) sublinhou, autores que compuseram as primeiras gerações desta escola, davam “um forte valor explicativo ao urbano *per se* na análise de vários fenômenos que ocorrem no seu interior” e eram fortemente engajados na realização de trabalho empírico. A associação de métodos quantitativos e qualitativos, assim como a interdisciplinaridade, se tornaram marcas fundantes das pesquisas ali realizadas. Deste modo, tanto as pesquisas etnográficas, quanto as análises estatísticas, ganharam relevo nas interpretações ali situadas, privilegiando a articulação entre os saberes antropológicos e sociológicos em suas análises, voltadas sobretudo para a compreensão das dinâmicas sociais e urbanas. O uso de mapas, anagramas e outras formas gráficas auxiliavam a imaginação sociológica dos pesquisadores e suas teorias.

Diferentes métodos e técnicas de pesquisa foram largamente empregados por professores e estudantes de Chicago (desde sua fundação), que buscaram conjugar análises de documentos históricos e pessoais com entrevistas em profundidade e/ou censos demográficos e pesquisa etnográfica, levando esta escola a ser caracterizada pelo ecletismo metodológico e pelo amplo diálogo com outros campos de saber. A compreensão sobre os contextos sociais nos quais os indivíduos estão inseridos também foi um ponto fundamental de análise para as pesquisas desenvolvidas ao longo da história desta escola. Assim, destaca-se que as transformações na conjuntura política e social no pós-guerra também vieram a influenciar fortemente as pesquisas desenvolvidas por pesquisadores associados à Escola de Chicago. Tal como Becker (1996) demonstrou ao enfatizar que,

[...] terminada a Segunda Guerra Mundial, a Escola de Chicago, de certo modo, deixou Chicago; o próprio departamento voltou-se, como instituição, para uma perspectiva mais ligada ao *survey* e à pesquisa quantitativa, tornando-se menos aberto a estudos com abordagem antropológica. No entanto, autores como Goffman, eu mesmo, Eliot Freidson e vários dos alunos de Hughes, Warner e Blumer saímos para outros centros no país e começamos a ensinar. De modo que em determinado momento as pessoas começaram a dizer: não, a Escola de Chicago não está em Chicago, mas na Califórnia; ou então, ela está em Chicago, mas não na Universidade de

Chicago e sim na Northwestern University, do outro lado da cidade (Becker, 1996, p. 187-8).

Assim, toda uma geração de pesquisadores formados pela Escola de Chicago passou, neste contexto social de pós-guerra, a atuar em outras universidades, levando para outros territórios americanos a perspectiva analítica que se popularizou em Chicago. Gilberto Velho (2011, p. 171) escreveu que “a ‘Escola de Chicago’ se espalhou pelos Estados Unidos, por diversos departamentos e universidades mais como uma visão de pesquisa do que como uma doutrina ou uma teoria homogênea” o que nos leva a perceber que, quando essa nova geração de pesquisadores, formados em Chicago, começou a se espalhar pelo território americano, esta escola, que se conformava como uma Escola de Atividades, passa a se configurar também como uma Escola de Pensamento. Assim, é possível compreender o quanto a Escola de Chicago vai galgando um lugar de destaque como “uma espécie de perspectiva global” (ou teórica), tal como enfatizou Becker (1996, p. 188), se consolidando como um “modo de pensar, uma maneira de abordar problemas de pesquisa que estão muito vivos e presentes em boa parte do trabalho feito hoje em dia”. Observa-se, então, o quanto os estudos realizados pela Escola de Chicago foram fundamentais para pautar uma forma de pesquisa na e da cidade que, no entanto, não foi a única maneira pela qual os estudos sobre o urbano ganharam visibilidade nas ciências sociais, outra escola que também encontrou legitimidade instaurou uma nova forma de estudar as sociedades complexas através do olhar etnográfico foi a Escola de Manchester.

Conflitos e vida urbana a partir da Escola de Manchester

Se, com a Escola de Chicago, a vida na cidade se tornou um objeto de estudo legítimo e autônomo nas Ciências Sociais, através da sociologia, o que ficou conhecido como Escola de Manchester também teve um importante papel na promulgação e consolidação do interesse sob a urbanidade. A primeira semelhança entre as duas tradições se trata dos métodos de pesquisa, uma vez que a etnografia era a via privilegiada de construção do conhecimento empírico. Baseada na Universidade de Manchester, no Reino Unido, essa Escola se configurou de modo muito similar à de Chicago. Mesmo que não tenha tido uma linha teórica única ou unânime, seus

pesquisadores comungavam do interesse nas sociedades africanas recém-urbanizadas – e o que se mostraria depois, próximas da independência colonial. Esses antropólogos e antropólogas são um dos primeiros cientistas sociais a endereçarem com relevo o problema do colonialismo através do estudo do conflito, seja entre as populações colonizadas, seja entre essas e os colonizadores.

Desde muito tempo interessada no estudo da África, os antropólogos britânicos desenvolveram uma série de teorias e tradições de pesquisa após a instituição de Malinowski como professor de antropologia na London School of Economics no pós-guerra. Com a sua promoção do método etnográfico que ocasionou o nascimento da moderna antropologia, Malinowski proporcionou um acúmulo inacreditável de material empírico, de modo que se questionava como se processaria cientificamente tanta informação. Houve duas respostas a essa questão empírica na Antropologia Inglesa. Uma se referiu, sob a liderança de Malinowski, à maximização desses dados como descrição etnográfica, usando-se de um funcionalismo para agrupar o material de campo. Outra resposta, liderada por Radcliffe-Brown, empregava um funcionalismo mais teórico, de modo que se preocupava em abstrair princípios de estrutura social ao ponto de permitir a exclusão do material de campo em certo momento do trabalho. Reinava aí uma forte influência da teoria sociológica durkheimiana, que se interessava pela coesão que propiciava a existência de sociedades. Alfred Radcliffe-Brown (1973, p. 234), com seu estrutural-funcionalismo interessado na investigação “natural da sociedade humana”, irá focalizar em como relações sociais permanecem, a tal ponto de que mesmo a mudança tem a função de deixar a sociedade como era antes. Para o autor, a antropologia social se interessa por “formas de associação que se encontram entre os seres humanos”.

Durante muito tempo essas duas respostas irão disputar a formação de novos antropólogos no Reino Unido, e a própria definição do que seria a antropologia e seu trabalho. Uma terceira perspectiva a essas duas irá surgir entre as décadas de 1940 e 1950. Sob os auspícios agora das reverberações teóricas de Edward Evans-Pritchard, pupilo rebelado de Malinowski, segundo as quais os processos mentais dos antes entendidos como primitivos em nada diferem dos europeus, antropólogos como Max Gluckman se aproximam ainda mais do conflito e se movem em direção ao estudo da mudança social e não mais unicamente do estudo da coesão. Essa nova visão

antropológica ficou conhecida como Escola de Manchester, ao agrupar os novos formados na London School of Economics primeiramente através do Rhoden Institute e depois por meio da Universidade de Manchester. Segundo essa terceira vertente, se valorizaria tanto a apresentação teórica quanto a descrição etnográfica. De acordo com T. Evens e Don Handelman (2006), os materiais de campo eram teorizados junto a acontecimentos de mudança e não de permanência das características das sociedades. Gluckman e seus colegas criaram diferentes abordagens e métodos, como o estudo de caso, que combina uma cobertura histórica aprofundada junto a percepção das ações dos atores junto aos acontecimentos em perspectiva global. A análise se constituía através da descrição, e a complexidade da vida social era vista por meio do tempo. Ao focar numa visão histórica, esses pesquisadores ficaram conhecidos como processualistas porque instavam a pensar as relações sociais em termos de processos no tempo.

Max Gluckman, assim, irá rejeitar qualquer abordagem psicologizada acerca das ações dos indivíduos. Fortemente influenciado pela dialética de Karl Marx, propõe-se a se dedicar ao estudo das situações de conflito enquanto complexos incidentes conectados entre si. Apenas a etnografia aprofundada mostraria os mecanismos adjacentes que explicavam o desenvolvimento dos conflitos. Na sua descrição de uma cerimônia de inauguração de uma ponte entre os zulus e os brancos colonizadores, o autor descreve o contato de diferentes grupos e a situação colonial, de modo a entrever porque essa relação era estabilizada e não eclodia em contendas generalizadas mesmo diante da dominação política. Tanto Gluckman como outros autores que foram seus alunos e colegas, o interesse recai sob comunidades indígenas integradas a zonas crescentemente urbanizadas. O cenário colonial aí aparece com maior incidência, e a análise processual constitui metodologicamente a complexidade dessas novas sociedades constituídas de diferentes grupos e de novas expansivas zonas de vivência social.

Nos anos 1970, os antropólogos de Manchester, que fizeram pesquisa no que ficou conhecido como o cinturão de cobre no âmbito da Rodésia do Norte, perde o folego com a crise na disciplina propiciada pela acusação de colonialista, e por ser ainda um resquício do estrutural-funcionalismo. Para essa corrente teórica, o fenômeno social deveria ser estudado quanto a sua função em reproduzir a estrutura social em sua forma

atual. Se desenhava estabilidade e equilíbrio. Os críticos de Manchester viam que o processo social produzia a ideia de que ocorria a serviço da estática social. Apesar das consistências dessas críticas se aterem precisamente a não rejeição completa do interesse pela coesão social, os estudos de Manchester foram importantes porque inauguraram maior interesse antropológico sob “sociedades complexas”, hoje um termo em desuso e inexato. Para Evens e Handelman (2006), Gluckman ainda cunhou o conceito de agência muito antes de Pierre Bourdieu e Sherry Ortner. Através de sua teoria da prática, o autor britânico pensou uma análise descritiva situacional, oferecendo uma união entre teoria e prática. Por esse apogeu da situacionalidade se entende a práxis enquanto dialética aberta e contínua mais do que uma síntese completa.

Tenha em mente que a própria ideia de situação, considera existencialmente, pressupõe não apenas uma condição, mas também uma capacidade agencial por parte do situado (com suas diferentes subjetividades) para negociar a situação pela práxis. Ou seja, as obstruções que constituem a situação supõem um agente capacitado para lidar com elas pela conduta prática mediada por escolha ou propósito significativo – um agente livre, cuja liberdade é sempre relativa e dinâmica quanto a sua situacionalidade (Evens e Handelman, 2006, p. 5, tradução nossa).

É por isso que dinâmicas macro só podem ser entendidas através do tempo, mas não por meio da descrição de acontecimentos genéricos. Por outro lado, a descrição precisa evidenciar agentes sociais em situações específicas. Assim como os cientistas da Escola de Chicago, os de Manchester também se interessaram em utilizar métodos além da etnografia. Gluckman, contudo, propunha que o antropólogo excedesse o que normalmente se estudaria, tornando antropológico o que antes era prerrogativa de outra área do conhecimento. Apesar de não haver uma coesão de pensamento entre esses antropólogos ingleses, o entendimento de que deveria se partir de observação etnográfica aprofundada, deter o foco analítico no fluxo situacional entre o local e o global, seguir a ideia de uma natureza ontológica da vida social e a abordagem reflexiva são marcas de trabalho que hoje os excedem.

Essas tradições vão deter influências diferentes sob as Ciências Sociais brasileiras, uma vez que cada região do país detém sua história particular de institucionalização em articulação com cientistas de nacionalidades e partida interestadual diversas. Não cabe aqui pormenorizar cada região em toda a sua merecida extensão, mas indicar algumas

dimensões gerais e partir de certas localidades recolhidas através das nossas próprias experiências. A perspectiva aqui é parcial dentro do escopo dessa apresentação e não representa, portanto, toda a magnitude do passado e do presente no nosso país.

Os mundos e as imagens das Ciências Sociais brasileiras

Sob forte influência das duas escolas acima descritas, e contando ainda com forte influência da Escola Estrutural Francesa, o estudo sobre o urbano no Brasil teve início nos anos de 1930, tendo como marco inaugural a criação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), fundada em 1933 e incorporada à USP em 1938. Logo após sua criação, a escola passou a contar com a colaboração de Donald Pierson, que chegou ao Brasil em 1939 para assumir sua direção e lecionar, tendo permanecido na ELSP até o ano de 1952. Ainda na década de 1930, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP também foi inaugurada (em 1934) e a Faculdade de Filosofia e Letras (posteriormente denominada como Faculdade Nacional de Filosofia) em 1939, também se constituem como marcos fundantes para a instituição das ciências sociais como uma disciplina acadêmica no Brasil.

Dentro de um contexto de “transformações políticas e institucionais desencadeadas pela Revolução de 1930. Em particular, a criação de cursos de Ciências Sociais é contemporânea de profundas mudanças, de sentido modernizador, no sistema educacional do País”, a legitimidade das Ciências Sociais no Brasil estava intimamente relacionada à intensão de se “constituir [como] o ingrediente principal da formação de novas elites, habilitadas a assumir a tarefa de construção de uma nação moderna” (Almeida, 1987, p. 4).

Com a expansão de cursos de Ciências Sociais, foi possível a formação de novas gerações de cientistas sociais que estavam sobretudo preocupados em “entender os processos constitutivos de nossa formação – social, econômica, política e cultural” e em realizar uma “análise das mudanças ou das possibilidades (e entraves) de reforma ou revolução da sociedade brasileira”. O cenário das ciências sociais no Brasil teve outro marco de transformação no final dos anos 1960, com a expansão dos programas de pós-graduação em ciências sociais, quando teria ocorrido “uma especialização progressiva

[que] implica[va] [n]a dispersão temática e [n]a formação de grupos, definidos por áreas de pesquisa” (Jackson, 2007, p. 115-6).

Foi justamente na década de 1970, período de expansão da pós-graduação no Brasil que grandes nomes da antropologia urbana despontaram. Magnani e Oliven em São Paulo e DaMatta e Velho no Rio de Janeiro são considerados pioneiros nos estudos na Antropologia Urbana, sendo responsáveis pela consolidação dos estudos urbanos no Brasil e pela formação de gerações de pesquisadores brasileiros que, por sua vez, levaram a tradição de antropologia urbana desenvolvida no eixo Rio de Janeiro/São Paulo para outras regiões.

Velho (2002, p. 10) frisa o quanto, a partir do final da década de 1960, pode-se perceber no Brasil “o crescente interesse por uma análise política do cotidiano”, o que “permite uma abertura maior em relação a estudos classificados, às vezes de forma um tanto pejorativa, como ‘micro’”. Essa perspectiva preocupada com aspectos mais específicos de uma cultura ou sociedade e a necessidade de localizar esses problemas dentro de uma conjuntura política, social, histórica e econômica havia sido enfrentada pelos pesquisadores de Chicago e de Manchester e passava também se delinear no cenário brasileiro. Tal como expresso por Magnani, o estudo socioantropológico das sociedades urbanas não era muito diferente das pesquisas antropológicas clássicas.

Ao tomar como objeto do seu estudo as sociedades chamadas complexas, a antropologia urbana não deixa de ser antropologia, de forma que deve encarar um desafio: manter-se fiel ao patrimônio teórico e metodológico da disciplina, ao mesmo tempo em que é obrigada a trabalhar com outro tipo de recorte. E aqui está o problema, que é o de tentar reproduzir, principalmente no cenário das grandes metrópoles, aquelas condições tidas como clássicas na pesquisa antropológica: a dimensão da aldeia, da comunidade e do pequeno grupo (Magnani, 2009, p. 2003).

A resposta dada pelos pesquisadores brasileiros para lidar com esse impasse foi a de conciliar diferentes perspectivas teóricas e analíticas ao estudar as especificidades urbanas encontradas por eles.

Pode-se dizer que, além de representar um fenômeno sociocultural e político relevante, a periferia despertou um significativo interesse nesse período por uma confluência de fatores que guardam relação com os contextos disciplinares até aqui abordados. No campo da sociologia, temos um quadro distinto do anterior: vários autores da sociologia urbana marxista que se

desenvolveu na França, configurada dos anos 60 em diante, criticavam o culturalismo da Escola de Chicago, além da ausência de reflexões mais claras sobre dimensões determinantes no plano da economia e da política, tratando assim a cidade como ‘variável dependente’. Havia desse modo uma busca por explicações ‘macroestruturais’, tendo como principal referência inicial o marxismo estruturalista, assinalado por uma ‘estrutura sem sujeitos’ – [...] – em que a cidade estaria basicamente subordinada ao processo de reprodução da força de trabalho” (Frúgoli, 2005, p. 140).

Assim, os pioneiros brasileiros da antropologia urbana se dedicaram ao estudo de grupos considerados desviantes e/ou periféricos, ora a partir de uma perspectiva mais macroestrutural, ora atenta às especificidades e às dimensões mais microestruturais. Percebe-se, então, que diferentes perspectivas teóricas e analíticas sustentaram o desenvolvimento desse campo no Brasil. Em São Paulo, as pesquisas sobre periferias e suas formas de sociabilidade tenderam a influenciar as análises sobre o urbano, “buscando compreender detidamente redes de parentesco e de vizinhança, modos de vida, estratégias de sobrevivência, formas de sociabilidade e representações políticas, com ênfase em dimensões cotidianas e em representações simbólicas, muito pouco contempladas nas perspectivas ‘macroestruturais’ ” (Frúgoli, 2005, p. 141). Ao passo que no Rio de Janeiro, de um lado temos DaMatta, que se dedicou a análises mais estruturantes e generalizantes, enquanto Velho buscou uma perspectiva mais etnográfica preocupada em analisar “um pouco mais fundo na dimensão cognitiva e no *ethos* dos grupos e das categorias sociais que buscava entender” (Velho, 2011, p. 165).

Contudo, cabe pensar e observar as diversas tradições que se constituíram no Brasil, e não apenas como uma reverberação ou consequência das ciências sociais realizadas no eixo carioca e paulista. Os diversos estados brasileiros guardam formações próprias que, embora guardem suas relações com outras regiões do país, confluíram para entender seus meios sociais e culturais. Se a expansão da pós-graduação na década de 1960 trouxe a consolidação das ciências sociais como área científica e acadêmica, uma vez que esteve ligada a agendas políticas de gestores e representantes eleitos, a expansão das décadas recentes entre 2003 a 2016 deu outro fôlego não apenas a nossa área, mas a todas as ciências brasileiras. A existência hoje em todos os entes da federação, por exemplo, de mestrados – e em menor número, doutorados – em antropologia traz consequências imprescindíveis à excelência acadêmica porque diversificam e descentralizam a disciplina. Ao deter doutores formados em todos os

estados, o mercado de trabalho se enriquece com origens e questões regionais variadas, o que nos encaminha para consolidar outra revolução na ciência nacional também dependente das ações do presente.

Todos os artigos presentes nesse dossiê estudam a realidade brasileira, a partir de vários contextos e problemas urbanos. Mas antes de adentrarmos na sua apresentação cabe, a grosso modo, situar os processos sociais nos quais se inserem a vida urbana nacional e um dos seus principais fatores que devem ser levados em consideração quando da leitura e da produção de pesquisas socioantropológicas sobre o Brasil, a nossa desigualdade social.

Desigualdades urbanas

Quando o Brasil se transformou em 1889 numa República, da noite para o dia, depondo e exilando a antiga família imperial, o novo país que se criava burocraticamente ainda era praticamente o mesmo. O final recente da escravidão negra e a grande massa por todo o país de “camponeses” mestiços e brancos compunha um país predominantemente rural e analfabeto. Conforme a Primeira República avançava em seus auspícios democráticos limitados, as partes das cidades com alguma zona urbanizada começavam a ser mais comuns, embora o analfabetismo e as diferenças sociais entre os abastados e os pobres integrassem de maneira indistinguível a cena brasileira e chegaria a formalizar outras formas acentuadas de desigualdades agora urbanas. A sociedade brasileira mudava para continuar. Trinta e um anos depois da República começar, a população urbana seria ainda 10% do total. Contudo, já na década de 1970 a população rural se torna menor que a urbana, resultado de um processo intenso de migração interna de uma massa gigantesca de empobrecidos trabalhadores rurais para as cidades nas décadas anteriores (Durham, 1984).

Com isso, a migração das localidades rurais para as zonas urbanas, processo visto em quase todo o mundo ocidental ou ocidentalizado também se reproduziu entre nós. Contudo, traz suas particularidades a depender de cada região. Por exemplo, se o Nordeste, os engenhos de farinha de mandioca e de cana de açúcar, ou o Sudeste, principalmente com as fazendas de café, ou ainda o Norte com o beneficiamento da borracha, foram loci de relações patronais, de mandonismo e coronelismo que

hierarquizaram os trabalhadores e os proprietários, enrijeceram as relações sociais com a sua continuação entre gerações. Apesar desses exemplos entre regiões deterem suas particularidades históricas, não sendo, necessariamente, acontecimentos e relações paralelas, demonstram outra forma de constituição das cidades brasileiras. Uma vez que esses modelos de “relações rurais” entraram em colapso, se modificando de maneira inédita, boa parte dos trabalhadores do campo passam a migrar para as cidades, procurando trabalho e melhores condições de vida.

O rural e o urbano, nesse sentido, constituem uma relação de mútua formação, compondo inclusive o quadro explicativo do que seria a nação e o tipo do indivíduo nacional. A isso se coaduna a ideia de mistura das raças que já ocupou múltiplos lugares e empreendeu diversas concepções no imaginário brasileiro. Da razão para uma certa docilidade e tipo de trabalhador ideal, advinda de uma certa mistura de qualidades e defeitos entre negros, brancos europeus e indígenas locais, até à explicação de nossa desigualdade embebida profundamente no racismo que perdura os lugares de subalternidades dos negros e negras (Fernandes, 1978), indígenas e não-brancos em geral na contemporaneidade. As ideias em torno da raça ocupam uma centralidade na sociedade brasileira que reflete e produz relações nas vivências na cidade.

Esse processo de mudança de um Brasil rural para um Brasil urbano tem seus passos iniciados ainda no final do Império e começo da República. Gilberto Freyre (2006 [1936]) descrevera em *Sobrados e Mucambos* como o fim do regime escravista mudou a sociedade brasileira. Mas não a ponto de mudar as estruturas da nossa desigualdade. Os antigos aristocratas se mudavam da casa-grande nas fazendas para os sobrados nas áreas urbanas, e os ex-escravizados, agora libertos, mas sem nenhuma reparação, se mudavam das senzalas para casebres de palha e formavam as periferias pobres dos novos aglomerados. A urbanização das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro são dois loci comumente trazidos para narrar a história da vida das cidades no Brasil, e foram picos importantes dessas mudanças. O recebimento de imigrantes brancos europeus pós- República no começo do século XIX, parte do projeto de embranquecimento da população reverberara também a rejeição da integração de negros e negras como mão de obra paga e livre – embora não desconsidera os projetos integracionistas das populações indígenas que procuraram transformá-los em trabalhadores rurais em ressonância às necessidades alimentícias das cidades (Souza Lima, 1995), e que

procurou ocultar o encontro colonial e a escravidão negra e indígena na formação cultural e social (Cavignac, 2011). Os novos trabalhadores estrangeiros eram remanejados principalmente para o sul e sudeste do Brasil, alocados em fazendas de café de áreas rurais no interior, e nas zonas urbanas da crescente cidade de São Paulo, por exemplo. Italianos, japoneses e alemães foram as principais proveniências dessa nova massa de trabalhadores no país (cf. Cardoso, 2011; Durham, 1984), mas que não se restringiram aos estados do sul e sudeste, mas foram também migrantes para o Nordeste, principalmente para Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco (Valente, 1978).

A imigração não foi uma novidade do século XIX no Brasil, nem foi algo restrito a vinda de estrangeiros. Há uma intensa migração interna que participou da urbanização e do crescimento populacional, criando os centros urbanos do país. A migração interestadual confluuiu para a concepção de grandes núcleos de zona urbana, como é o caso da cidade de São Paulo que fora um dos principais locais de industrialização brasileira, e que recebera grandes contingentes de migrantes de vários lugares do país, principalmente do Nordeste devido aos grandes ciclos migratórios seguintes a secas na região.

Mas noutras regiões fora do eixo carioca-paulista, principalmente em centros coloniais de intensa atividade econômica como Recife, Manaus, Belém, Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador detiveram processos sociais de urbanidade não apenas como consequência do que ocorria na cidade capital. Encamparam histórias paralelas e até anteriores com suas próprias conformações sociais, políticas e culturais. Para se deter numa região pouco explorada nos holofotes nacionais das ciências sociais, a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte veio se urbanizar de maneira expansiva com a instalação da base militar estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial e Governo Vargas, quando o estado foi visto como posição estratégica para os Aliados alcançarem via aérea a Europa. Isso fez alavancar a migração já iniciada e forte a partir das regiões de interior, predominantemente rurais, para a capital norte-rio-grandense (Souza, 1976). Mas, foi ao pensar a cidade do sol com potencial turístico que a cidade foi repensada para “turista ver”, fazendo a cidade receber mudanças estruturais principais na zona sul de acesso para o consumo de visitantes (Lopes Júnior, 1997; Spinelli, 2014). Por muito tempo, a zona norte, região mais mitigada pelo preconceito urbano de predominância

de população mais pobre, recebeu pouca preocupação de infraestrutura urbanística. Apenas com o aumento do potencial de consumo dos moradores que foi que suas vias e localidades foram refeitas e expandidas. Separados pelo rio Potengi, essas zonas são trazidas como dois espaços de tipos de vida social diversos, reproduzindo uma oposição que os constroem como todos unificados, apagando suas diferenças internas para corresponder a tipos ideais de vida e de moradores (Vieira, 2017).

Tem se replicado em todo Brasil as moradias coletivas conhecidas como os “condomínios horizontais” nos quais moradores de classe média alta e ricos se cerram para recriar ambientes tidos como mais seguros e separados, uma nova forma dos condomínios verticais anteriores (Moura, 2012). Do mesmo modo, ações parecidas se mostram nos grandes muros de residências nos centros urbanos como em São Paulo, além das recentes iniciativas de instalação de portões nas entradas de ruas. Tudo isso continua a reproduzir o que Teresa Caldeira (2003) chamou de cidade de muros, quando se referiu a metrópole paulista e as formas de separação social que as casas muradas produziram na capital. Assim, as cidades no Brasil podem reproduzir espaços inteiros como de pobres ou de ricos, ou ainda juntar ricos e pobres entendidos localmente de maneiras diferentes. Nesse sentido, toda nossa história de urbanização é recortada pela reprodução social e espacial das nossas desigualdades no âmbito da classe que implica e amplifica questões também de raça e de gênero. Isso, portanto, precisa ser pensada como a base dos estudos urbanos nas Ciências Sociais sobre o Brasil, pois participa de maneira ativa e intensa na nossa vida urbana. A cidade se tornou, em todo lugar, o terreno de confluência de todos os marcadores sociais da diferença que produzem desigualdade social além da própria vida cultural brasileira (cf. Schwade e Pereira, 2015).

Os artigos e a proposta desse dossiê

O presente dossiê tem como foco pesquisas desenvolvidas na área de Ciências Sociais que versam sobre fenômenos urbanos e que privilegiam as discussões sobre as complexidades inscritas nas relações sociais estabelecidas em grandes, médias e pequenas cidades; tais como: as dinâmicas interacionais presentes nas relações de trabalho, familiares e/ou amorosas; dinâmicas urbanas em torno do cuidado em saúde; expansão urbana; territorialidades, ideias e agências diversas envolvendo grupos sociais

da/na cidade; migrações/circulações entre rural e urbano; bem como práticas culturais, visões de mundo, símbolos e significados sociais presentes em contextos urbanos.

A partir da expressiva quantidade de trabalhos recebidos e das suas aprovações por pareceristas *ad hoc*, passamos à sua análise e seleção daqueles que mais estavam alinhados com a proposta do dossiê. Interessados em trabalhos empíricos, os artigos que seguem apresentam diferentes questões sobre o país a partir de pesquisas com diversas abordagens metodológicas. Eles versam sobre pertencimentos e interações sociais na cidade, partindo da análise e da compreensão de determinadas representações coletivas/simbólicas sobre o cotidiano citadino. Com recortes distintos, tendo como foco bairros, regiões, espaços públicos, programas/políticas públicas ou materiais publicitários, os artigos que compõe a presente publicação buscam entender a cidade e suas representações a partir de determinados fenômenos urbanos e de suas formas de interação locais, acessando imaginário coletivos sobre a cidade e suas dinâmicas relacionais. Os artigos buscam explorar os trânsitos dos indivíduos e de grupos por distintas redes de significado e trazem perspectivas analíticas sobre diferentes visões de mundo e posicionamentos sociais, analisando conflitos sociais e permanências culturais, estabelecendo discussões sobre produções discursivas e simbólicas e investigando a produção de vínculos sociais e dramas cotidianos vivenciados pelas e nas cidades.

João Pedro de Lima Campos realiza um estudo de uma obra de infraestrutura urbana na cidade de São Paulo. O artigo quebra obviedades fáceis sobre a cidade. O conhecido “viaduto do minhocão”, também chamado de parque, guarda uma interessante gama de relações sociais que dele partem e são produzidas. Ao contrário do que poderia parecer, a partir do viaduto ser chamado de insucesso de planejamento urbano, integra a vida social e é palco de sociabilidades que dizem respeito a processos de democratização de espaços públicos e privados. O Estado aí não é um ator relevante, ele pode inclusive estar atuante pela sua ausência, como João Campos nos inspira a pensar. Os moradores da região constroem o parque para além de um caso de infortúnio, tido geralmente por reclamantes em noticiários que apenas por ali circulam e não vivem.

Sobre outro contexto bem diferente, Ygor Diego Delgado Alves e Pedro Paulo Gomes Pereira estudam a iniciativa da Prefeitura de São Paulo quanto a criação entre

os anos de 2014 e 2016 Programa Municipal De Braços Abertos para usuários de crack. Hoje extinto o programa instituiu uma gama de hotéis que recebiam moradores de rua na noticiada região da Cracolândia no centro da cidade paulista. O objetivo do artigo é descrever os novos tipos de convivência que o programa propiciou. Através de etnografia junto ao funcionamento dos hotéis e da análise de documentos, o texto analisa as transformações na vida dos usuários propiciadas por uma política pública. O programa tinha um caráter intersecretarial, e oferecia diversas coberturas em alimentação, segurança, abrigo, tratamento em saúde, capacitação profissional, entre outros. O trabalho é importante também por ser um dos poucos registros dessa iniciativa, principalmente pelo seu caráter etnográfico e aprofundado fruto de pesquisa de dois anos.

As mudanças sociais provocadas pela industrialização foram associadas, como vimos, a ideia de desenvolvimento e, não menos importante, de civilização. Rogério Lopes Azize e Beatriz Klimeck Gouvêa Gama partem do estudo de uma tradução de um original inglês publicado na década de 1940, mas acessível ao público apenas na década seguinte. Ele mostra como a ideia de natureza será utilizada para fomentar noções de cuidado em saúde, essa abalada pelo progresso da civilização. Em “Doenças da civilização—você pode curá-las”, Boris Sokoloff dá conselhos sobre como gerar o próprio bem-estar e uma “saúde positiva” ao se distanciar do que seria artificial. Mas o artigo não se restringe a análise do livro, recorre a material empírico publicitário a respeito do tratamento de depressão. O livro se mostrou importante de ser analisado, uma vez que antecipa e repete questões contemporâneas sobre a saúde, como aquelas relativas a hereditariedade ou as histórias de famílias bem comuns nos exames clínicos.

Antônio Lucas Cordeiro Feitosa, por outro lado, em seu artigo sobre um bairro em Juazeiro do Norte, no Ceará, apresenta o estudo de um bairro em si. Seu objetivo é entender o “lugar social” do bairro Frei Damião relativo à sua constituição e imagem no âmbito da cidade. Resultado de uma ocupação ilegal, a região se constituiu numa verdadeira “região moral”. Mesmo que Feitosa não se utilize do conceito instituído no contexto da Escola de Chicago, vemos que o bairro que leva o nome de uma expressiva figura católica cearense, é marcado por uma depreciação por conter moradores pobres vulneráveis. Frei Damião é um “risco social” para a cidade, e por isso a atenção que lhe é direcionada está marcada pelo estigma. O autor percorre inicialmente a formação

histórica, e segue apresentando os diferentes sentidos produzidos pela nomeação que recebe pelos moradores de Juazeiro do Norte.

Partindo de outra região do país, agora o Rio de Janeiro, Apoena Dias Mano estuda a favela Santa Marta para tratar de vida material e política, ao considerar questões envolvendo infraestrutura. Essa importante pesquisa lança luzes sobre as dinâmicas e reverberações sociais das intervenções urbanas sob a rubrica da preparação do país para receber os eventos mundiais da Copa do Mundo de Futebol (FIFA) de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. A ideia de Mano é entender as relações entre as pessoas, as instituições públicas e as coisas, ao estudar a produção e manutenção de obras. Qual impacto político, cultural e social de obras interrompidas? O que espera os moradores de uma favela diante da regularização e legalização de serviços de eletricidade, água e esgoto trazidos pela urbanização oficial do Estado? Como tudo isso afeta o cotidiano mais comum de moradores pobres? Respostas a essas perguntas podem ser encontradas no texto de Apoena, e é importante para entender as transformações na vida social propiciada por megaeventos. Nesse caso, o que se chamou de “relações frágeis” entre esses diferentes agentes humanos (ou não) em interação na favela, produziu, ao tornar o Estado presente outra gama de relações novas aos moradores, fomentando incertezas.

Para finalizar, gostaríamos de pontuar que a apresentação a esse dossiê, e a própria reunião de artigos, não visou esgotar qualquer discussão no âmbito dos estudos urbanos nas ciências sociais. Nossa empreitada se caracteriza por seu caráter parcial, e não é representativa de todas as pesquisas produzidas no território nacional ou por cientistas sociais brasileiros sobre além-mar. Contudo, percebemos que as temáticas aqui reunidas dão um importante panorama para se começar a considerar o estudo da vida social na e da cidade a partir de uma perspectiva socioantropológica. Agradecemos ainda aos avaliadores ad hoc pelo seu valioso trabalho, e a revista Argumentos e seus editores. Boa leitura a todos e todas.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Castelos de Areia: dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964). BIB, Rio de Janeiro, n. 24, 1987.

BECKER, Howard. Conferência de Chicago. *Mana*, Rio de Janeiro, 2(2): 177-188, 1996.

BECKER, Howard. *Truques da escrita. Para começar e terminar teses, livros e artigos*. RJ: Zahar, 2015.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros*. São Paulo: EDUSP/Editora 34, 2003.

CARDOSO, Ruth. O agricultor e o profissional liberal entre os japoneses no Brasil. In: Caldeira, Teresa (Org.). *Ruth Cardoso: obra reunida*. São Paulo: Mameluco, 2011.

CAVIGNAC, Julie. Índios, negros e caboclos: identidades e fronteiras étnicas em perspectiva. O caso do Rio Grande do Norte. In: CARVALHO, Maria R.; REESINK, Edwin; CAVIGNAC, Julie (Orgs.). *Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades*. Natal: EdUFRN, 2011.

CONNELL, Raewyn. *Southern Theory: The Global Dynamics of Knowledge in Social Science*. Crows Nest: Allen and Uwin, 2007.

COULON, Alain. *A escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 2005.

EVENS, T. M; Handelman, Don. Introduction. In: ____ (Eds.). *The Manchester School. Practice and Ethnographic Praxis in Anthropology*. New York: Oxford: Berghahn Books, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006 [1936].

FRÚGOLI, Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de antropologia*, SP, USP, vol. 48/1, 2005.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Discipline and Practice: The Field as Site, Method, and Location in Anthropology. In: ____ (Eds.). *Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkeley: University of California Press, 1997.

HANNERZ, Ulf. *Chicago Ethnographers*. In: *Exploring the City. Inquiries toward an urban anthropology*. New York: Columbia University Press, 1980.

JACKSON, Luiz Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v19, n1, 2007.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. A construção social da cidade do prazer. Urbanização turística, cultura e meio ambiente em Natal (RN). *Tese (Doutorado em Ciências Sociais)*, Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, São Paulo, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. No meio da trama: a antropologia urbana e os desafios da cidade contemporânea. *Sociologia, problemas e práticas*, n, 60, 2009.

MOURA, Cristina Patriota de. *Condomínios no Brasil Central: expansão urbana e antropologia*. Brasília: Editora da UnB, 2012.

OLIVEN, Ruben George. *Antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. RJ: Centro Edelstein, 2010.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho, Otávio (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987 [1916].

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia O.; OLIVEIRA, Márcia G. *Um toque de clássicos. Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995

SCHWADE, Elisete; PEREIRA, Edmundo. (Orgs.). *Entre interiores e capitais: antropologia, formação e pesquisa no Rio Grande do Norte*. São Paulo: Annablume, 2015.

SCOTT, Parry. Poder, pluralidade estratégica e hierarquização interna em antropologias nacionais. In: SCOTT, Parry; CAMPOS, Roberta Bivar; PEREIRA, Fabiana. *Rumos da Antropologia no Brasil e no Mundo: geopolíticas disciplinares*. Recife: EDUFPE, 2014.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, Itamar. *Migrações para Natal: análise sociológica do processo migratório*. Natal: EdUFRN, 1976.

SPINELLI, José A. *Rio Grande do Norte 2000-2013*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

VALENTE, Waldemar. *O japonês no Nordeste agrário*. Aspectos socioculturais e antropológicos. Recife: IJNPS, 1978.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VELHO, Gilberto. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. *Mana*, Rio de Janeiro, 17(1): 161-185, 2011.

VELHO, Gilberto. Becker, Goffman e a antropologia no Brasil. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 38, 2002.

VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana*. RJ: Zahar, 2013.

VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VIEIRA, Cleiton. Alcances (im)previstos de um Estado de Bem-Estar Social - cruzamentos entre transexualidade, ascensão social e parentesco na capital potiguar. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, Pelotas, vol. 5, n. 8, 2017.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como Modo de Vida. In: VELHO, Otávio (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987 [1938].